

Corrupção 021: um novo tempo, apesar dos perigos

Yuri Sahione (*)

O novo ano começou com ares de esperança.

Após intenso período eleitoral em que o tema da corrupção tomou conta dos debates a nível nacional e estadual, os novos governos experimentam os seus primeiros dias já colocando em prática itens da anunciada agenda anticorrupção.

No Rio de Janeiro, o governador eleito e seu secretariado assinaram a "Declaração de Transparência, Governança e Anticorrupção", pela qual se comprometem a dar mais transparência à gestão, inclusive com o fornecimento proativo de informações e dados; promulgação e implementação de regras que protejam os denunciadores; implementação de altos padrões de integridade profissional em todas as áreas do estado, e do aumento das ações de combate ao suborno, dentre outros compromissos.

Além da declaração, o governo criou um Termo de Compromisso Ético pelo qual o postulante a cargo mais elevado na administração, poderá declarar seu desimpedimento para assumir o cargo público, evitando, assim, surpresas e constrangimentos após a investidura. O compromisso parece ir além do escrito no papel. Como sinal efetivo de mudança, a Secretaria de Direitos Humanos passa a contar com uma subsecretaria de Governança, Gestão e Compliance, gerida por uma especialista na área.

Esse movimento, ainda que limitado a uma secretaria, indica que a Administração Pública direta reconhece os méritos das práticas de integridade empresariais e decide por pegar carona no seu crescimento. Mesmo com os bons sinais que a nova gestão emitiu, a ainda recém-criada Controladoria-Geral do Estado (CGE) precisa receber todo o suporte necessário para que seu processo de estruturação seja finalizado, permitindo, ainda, a capacitação adequada dos servidores nas questões multidisciplinares que a disciplina do compliance traz.

Para que a CGE possa dar

passos largos, é importante estabelecer uma boa frente de diálogo com o setor produtivo e a sociedade civil, em especial com as entidades civis que trabalham na promoção da integridade, para permitir que o espírito de mudança no ambiente público possa se converter em ações adequadas e efetivas ao combate à corrupção.

O ano de 2019 começou, mas o ano de 2018 ainda não acabou. O Estado do Rio ainda precisa se posicionar quanto à forma de exigência e aplicabilidade da Lei 7.753/17, que exige a implementação de programas de integridade para entidades jurídicas que contratem com o Estado. Faz-se necessário rever pontos críticos do Decreto 46.366/18, que regulamentou a Lei Anticorrupção no Rio de Janeiro, como por exemplo, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica pela via administrativa.

Pontos importantes de aperfeiçoamento da regulamentação ainda se fazem presentes no projeto que chegou a entrar na ordem do dia da Alerj em 1ª Discussão, mas não teve seu processo de votação concluído. Ao contrário dos vários projetos governamentais que são descontinuados para dar lugar aos projetos de interesse dos novos governos, o combate à corrupção e a melhoria da gestão pública não admite solução de continuidade. Para para recomençar é o mesmo que destruir para construir. O Rio de Janeiro não tem mais tempo para esperar.

Com seu tone at the top (compromissos públicos subscritos pela Alta-Administração do Estado) e com claras indicações de mudança do referencial administrativo, o novo governo dá claros sinais de que quer fazer melhor e que os sistemas de gestão de compliance também podem impactar positivamente a gestão pública.

Aguardemos!

(*) - Professor do CEU Law School, é advogado especialista em compliance e membro do Conselho Deliberativo do Instituto Compliance Rio (ICRiO).

Novo governo promete mudanças profundas na educação

A educação é um dos principais desafios no novo governo: o país se ressentido de uma política educacional de qualidade, capaz de levar os estudantes a níveis maiores de conhecimento e a melhores oportunidades

Alia a isso, há uma questão de ordem política que envolve o setor. Se cumpridas as propostas feitas durante a campanha eleitoral, o mandato do presidente Jair Bolsonaro deverá ser marcado por pautas mais conservadoras, como o combate à "doutinação de esquerda" e vetos ao debate sobre gênero nas escolas.

Segundo avaliação realizada pela Comissão de Educação do Senado no fim do ano passado, a educação infantil está estagnada no país e deverá adotar um novo modelo de gestão institucional no novo governo para que as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) sejam alcançadas. Outro objetivo é pautar a política educacional segundo diretrizes de mercado. De acordo com o plano de governo de Bolsonaro,



A educação infantil está estagnada no país e deverá adotar um novo modelo de gestão institucional no novo governo.

a pirâmide de investimentos será invertida, transferindo recursos da educação superior para a básica (ensino infantil, fundamental e médio).

Ricardo Vélez Rodríguez, atual

ministro da Educação, sinalizou os caminhos que deve seguir no comando do ministério, como o Escola Sem Partido, o combate ao que chama de ideologia de gênero e a valorização dos profis-

sionais de educação. O ministro indicou, ainda, que sua política educacional dará mais autonomia a estados e municípios.

A proposta de Bolsonaro em defesa de mais autonomia a estados e municípios na definição de metas e prioridades na educação reafirma a ideia de investir em privatizações. Uma das mudanças propostas pelo novo governo é a criação do "voucher educação", que determina a distribuição de vales para as famílias matricularem seus filhos no colégio privado que escolherem. O modelo tem como entusiastas o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, José Salim Mattar Júnior. Essa secretaria será responsável pelas privatizações no novo governo (Ag.Senado).

Bolsonaro deve voltar ao trabalho hoje, diz porta-voz

O presidente Jair Bolsonaro tem previsão de volta aos trabalhos hoje (30), entre 9h e 10h, conforme informação do porta-voz da Presidência da República, Otávio do Rêgo Barros. Passadas 48 horas da cirurgia, Bolsonaro voltará à função de presidente, trabalhando no gabinete montado no próprio hospital.

Ao lado do quarto onde o presidente estará em recuperação o Gabinete de Segurança Institucional organizou um espaço, com equipamentos e estrutura técnica, que permitirá a Bolsonaro orientar seus ministros e conceder audiências.

A previsão é que o presidente tenha alta em 10 dias. O procedimento, que reconstruiu o trânsito intestinal, durou sete horas, não teve intercorrências nem necessidade de transfusão de sangue. O presidente está na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Apesar da demora de sete horas no procedimento, o dobro do previsto inicialmente, Rêgo Barros disse que a cirurgia foi exitosa.

"O presidente possuía, em razão das duas outras cirurgias, uma grande quantidade de aderências. Essas aderências exigiram do corpo médico uma verdadeira obra de arte", disse na ocasião. Segundo Rêgo Barros, foi retirado um pedaço do intestino grosso (ABR).

Incentivos para geração de energia em aterros sanitários

Aguarda designação de relator, na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, o projeto que estabelece estímulos para a produção de biogás, biometano e energia elétrica a partir do aproveitamento de resíduos sólidos em aterros sanitários. De autoria do senador Hélio José (Pros-DF), o projeto será analisado também pela Comissão de Meio Ambiente.

A proposta altera a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos para incluir a elaboração e execução de projetos de aterros sanitários que contemplem a geração de energia elétrica entre as iniciativas que podem ser atendidas por linhas de financiamento do poder público. Além disso, permite que empresas dedicadas a gerar energia a partir do aproveitamento dos resíduos sólidos em aterros sanitários possam receber incentivos fiscais da União, do estado ou do município.

"O aproveitamento dos resíduos sólidos é de funda-



Termelétrica movida a biogás de aterro sanitário, na grande São Paulo.

mental importância para todos. Em primeiro lugar, porque dá um destino adequado a um recurso que, de outra forma, só traria problemas, notadamente para a saúde da população. Além disso, empreendimentos que geram energia a partir dos resíduos também reduzem a emissão de gases de efeito estufa, tão prejudiciais para o clima do planeta", afirma

Hélio José na justificativa do projeto.

Para o autor, o aproveitamento de resíduos sólidos em aterros sanitários traz benefícios como a eliminação de agentes nocivos para a saúde da população, geração de energia próxima aos locais de consumo e redução da emissão de gases que causam o chamado efeito estufa (Ag.Senado).

Câmara publica renúncia de Jean Wyllys

Gabriela Korossy/Ag.Câmara



Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ).

A Câmara dos Deputados publicou ontem (29) a renúncia do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) ao mandato para o qual foi eleito em outubro de 2018. No despacho publicado juntamente com o ofício de Wyllys, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, determina a convocação do primeiro suplente da bancada do PSOL do Rio de Janeiro e a inclusão de seu nome na lista dos parlamentares que tomam posse.

O suplente é o vereador carioca David Miranda (PSOL-RJ). A Câmara já pode tomar as providências necessárias para que Miranda assumo o mandato a partir de sexta-feira (1º), na 56ª Legislatura. No ofício pro-

colado segunda-feira (28), na presidência da Câmara, Wyllys informa, "em caráter irrevocável", que não vai tomar posse em seu terceiro mandato consecutivo.

O deputado anexou a carta apresentada ao seu partido, na qual disse ao PSOL que renunciaria ao mandato e não voltaria ao Brasil. O deputado afirma na carta que vem sofrendo "ameaças de morte e pesada difamação", desde seu primeiro mandato, mas que isso se tornou mais intenso no ano passado. Segundo Wyllys, as ameaças se estenderam à sua família, incluindo mãe, irmãs e irmãos, bem como a seus amigos próximos (ABR).

PF investiga repasse de propina a diretores do BRB

A Polícia Federal deflagrou ontem (29) operação para investigar esquema de pagamento de propina a diretores e ex-diretores do Banco de Brasília (BRB) em troca de investimentos em empreendimentos. De acordo com investigadores, as negociações totalizaram R\$ 16,5 milhões ao longo do período em que os envolvidos estiverem à frente de setores estratégicos do banco.

Entre os investigados estão o presidente licenciado do BRB, Vasco Cunha Gonçalves, recém-nomeado para presidir o Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), além dos diretores Financeiro e de Relações com Investidores, Nilban de Melo Júnior, e de Serviços e Produtos, Marco Aurélio Monteiro de Castro. Em nota, o MPF que está conduzindo o caso informou que são cumpridos mandados de prisão e de busca e apreensão expedidos pela



O esquema foi delatado pelos executivos da Odebrecht.

10ª Vara da Justiça Federal em Brasília. Ainda não há detalhes sobre locais e volume de ações.

O esquema foi delatado pelos executivos da Odebrecht, do corretor Lúcio Bolonha Funaro, operador de propinas para o MDB, e do empresário Ricardo Siqueira Rodrigues. Rodrigues

montou, em sociedade com Paulo Renato, o Fundo de Investimento em Participações (FIP) para captar dinheiro para o extinto Trump Hotel, no Rio de Janeiro, atualmente conhecido como LSH Lifestyle, que teria sido um dos investimentos beneficiados pelo grupo (ABR).

Projeto permite ampliação de funcionamento dos cartórios

Projeto permite aos titulares de cartórios decidir pela prestação dos serviços em qualquer dia e horário, respeitado o mínimo estabelecido na Lei dos Cartórios. A proposta do Senado altera essa legislação.

Hoje a lei determina que os serviços notariais e de registro serão prestados em dias e horários estabelecidos pelo juízo competente, atendidas as peculiaridades locais, com atendimento ao público de, no mínimo, seis horas diárias, podendo o serviço de registro civil ocorrer aos sábados, domingos e feriados no sistema de plantão.

O funcionamento decidido pelo titular deverá ser previamente comunicado ao juiz, mas não dependerá de autorização. Ainda segundo a proposta do Senado, o tabelião de notas poderá lavar escrituras e procurações públicas, testamentos públicos e atas notariais; reconhecer firmas e autenticar cópias fora da sede de sua serventia, respeitado o limite territorial do município. A lei atual já proíbe o tabelião de notas

de praticar atos de seu ofício fora do município para o qual recebeu delegação. O projeto foi elaborado pela Comissão Mista de Desburocratização, que entre 2016 e 2017 avaliou rotinas de órgãos e entidades da administração pública federal, com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios como requisito para elevar as taxas de investimento e de crescimento do País. No caso dos cartórios, a comissão apontou como injustificável a restrição imposta ao horário de funcionamento dos serviços notariais e de registro.

"Não deveria haver obstáculo algum a que os oficiais praticassem atos nos fins de semana e em períodos noturnos, especialmente porque a necessidade do mercado e dos indivíduos reclama esses serviços a todo momento. É o titular da serventia que deverá decidir, de acordo com as suas necessidades, se disponibilizará o serviço além do mínimo legal", diz o relatório final da comissão mista. O projeto será analisado pelo Plenário (Ag.Câmara).